

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE DA SILVA DE MELO
OUVIDOR GERAL

COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO RESOLUÇÃO Nº 030/12

DEPUTADO FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - Presidente

DEPUTADA AURELINA MEDEIROS

DEPUTADO GABRIEL PICANÇO

DEPUTADA ÂNGELA ÁGUIDA PORTELLA

DEPUTADO GEORGE MELO

DEPUTADO BRITO BEZERRA

DEPUTADO JOAQUIM RUIZ

DEPUTADO CÉLIO WANDERLEY

DEPUTADO MARCELO CABRAL

DEPUTADO DHIEGO COELHO

DEPUTADO MECIAS DE JESUS

DEPUTADO ERCI DE MORAES

DEPUTADO NALDO DA LOTERIAL

DEPUTADO FLAMARION PORTELA

DEPUTADO SOLDADO SAMPAIO

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro
Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação Geral

VICTOR TAVARES PIRO
Diagramação

EXPEDIENTE

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

Atos Administrativos

Resoluções de Afastamentos nº 001 a 005/2013

2

Atos Legislativos

Ata da 2169ª Sessão Ordinária na Íntegra

2

SUMÁRIO

ATOS ADMINISTRATIVOS
**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO
E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
RESOLUÇÃO Nº 001/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **ADEMIR GUEDES SILVA, Matrícula 013301, CRISTINE AMORIM OLIVEIRA, Matrícula 008071, HILDO LOPES DE LIMA, Matrícula 008082, RICELLA CORDEIRO DA COSTA, Matrícula 008097 e KAROLINE ARAÚJO DE LIMA, Matrícula 011757**, para viajarem com destino aos municípios de Uiramutã e Normandia, no período de 23.01 a 31.01.2013, com a finalidade de colherem dados juntos as comunidades indígenas, sobre as reformas na área de saúde, serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 21 de janeiro de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 002/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **DANIELLY RODRIGUES DE MELO, Matrícula 000119**, para viajar com destino a cidade de Recife-PE, no período de 21.01 a 30.01.2013, com a finalidade de participar do Curso de "Como Depreciar e Reavaliar os Bens do Patrimônio Público, serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 21 de janeiro de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 003/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **DIRLA LOPES DE ALMEIDA, Matrícula 000034**, para viajar com destino a cidade de Goiânia-GO, no período de 21.01 a 30.01.2013, com a finalidade de participar de treinamento junto ao Setor Administrativo da Assembleia Legislativa daquele Estado, serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 21 de janeiro de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 004/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **ANA PAULA NOGUEIRA, Matrícula 011003 e CHARLES WELLINGTON PEREIRA DE ARAÚJO, Matrícula 012942**, para viajarem com destino aos municípios de Mucajá, Iracema, Caracará, São Luiz do Anauá, São João da Baliza, Rorainópolis Alto Alegre, Amajari, Pacaraima, Cantá, Bonfim e Normandia, no período de 21.01 a

30.01.2013, com a finalidade de realizarem visitas nas Câmaras e Prefeituras colherem dados juntos as comunidades indígenas, sobre as reformas na área de saúde, serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 21 de janeiro de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 005/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **JANDER GENER CÉSAR GUERREIRO, Matrícula 012591**, para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 22.01 a 25.01.2013, com a finalidade de participar de treinamento no Setor de Formalização de Processo Administrativo e Legislativo da Assembleia Legislativa daquele Estado, serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 21 de janeiro de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2169ª SESSÃO, EM 13 DE DEZEMBRO 2012.

44º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

=ORDINÁRIA=

PRISIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA

Às nove horas do dia treze de dezembro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima sexagésima nona Sessão Ordinária do quadragésimo quarto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário, Deputado (Jalser Renier) – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário, Deputado (Remídio Monai) – Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte.

DIVERSOS:

-Ofício nº 321/12, de 10/12/12, da Procuradoria Geral de Justiça, encaminhando, em anexo, o Ofício nº 524/12/2ºPrCível/MP/RR, da lavra do Promotor de Justiça da 2ª Promotoria Cível da comarca Boa Vista, Dr. Luiz Antônio Araújo de Souza, para conhecimento e providências.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) procedo à chamada.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, funcionários da Casa, amigos do Plenário que nos prestigiam nesta manhã, depois de uma longa

ausência, volto a ocupar essa Tribuna para abordar alguns temas que julgo oportunos. Eu sou um daqueles Deputados que uso menos a Tribuna e mais o meu tempo no estudo, na análise de projetos e proposições de interesse da sociedade roraimense, no aprofundamento das questões que possam contribuir para o desenvolvimento do nosso Estado, dando conta da missão que tenho de prover à Corregedoria e, evidentemente, interagindo com os eleitores. Mas, fazendo uma reflexão, vou passar a usar com mais frequência o acesso à Tribuna, porque, na minha visão, ficam claras algumas colocações que muitas vezes podem gerar uma interpretação equivocada do papel e da imagem desta Casa. Nós temos tido debates interessantes. A atual legislatura, constituída de 24 Deputados que se dividem em situação e oposição, é formada por blocos organizados, cada um cumprindo o seu papel. Isso é o exercício da democracia. Mas, ocorre que, o exercício democrático exige de nós, cidadãos, eleitos pelo povo para representá-los nesta Casa, uma postura equilibrada, uma postura de oposição ou de situação. Contudo, sempre pautando pela imagem desta Casa, alicerçada no princípio de que, antes de tudo, somos 24 representantes do povo. E, por isso, nós temos que ter sempre a convergência de que o que conta mais é o Poder que representamos, porque ele é o mais legítimo dos Poderes que impera na democracia.

Antes, porém, de entrar no tema sobre o qual eu quero falar, demonstro uma mea culpa e acredito que não seja só minha, mas dos 24 colegas que perfazem esta Casa, quando dizem que o brasileiro tem a memória curta, pois eu me convenço que isso é verdade. Esquecemos que no dia 11 passado, o nosso saudoso Governador Ottomar completou 5 anos que faleceu. E, talvez, pelo nosso envolvimento de final de ano, pelos projetos relevantes que aqui estavam transitando, sendo travadas discussões ferrenhas, acabamos esquecendo a data, a qual passou em brancas nuvens. Mas, acho que precisa ficar registrado nos Anais desta Casa, a grande contribuição dada por Ottomar ao Estado de Roraima. Se tivéssemos de nomear um pai para Roraima, diria que foi ele, tanto trabalhando para que o Território passasse a condição de Estado, como, posteriormente, na condição de primeiro Governador, formatando todo o arcabouço de um novo Estado. Ele foi uma figura emblemática que todos sabem que tinha grandes virtudes, embora alguém possa dizer que tinha algum defeito inerente ao ser humano, pois não somos perfeitos, senão seríamos concorrentes de Deus. Poderíamos abordar aspectos da vida de Ottomar no que diz respeito ao grande político, ao grande pensador que acabou influenciando muitas gerações neste Estado, pois haverão de surgir lideranças expressivas para engrandecer a vida pública deste Estado. Poderíamos falar do Ottomar Gestor, de atitudes fortes, mas que fazia acontecer. Exemplos estão aí, na infraestrutura do Estado. E, partir de seu primeiro Governo, a construção da Usina de Jatapú e muitas e muitas obras que não há necessidade de enumerarmos. Mas, quero, principalmente, lembrar do Ottomar cidadão, do Ottomar pai, do Ottomar religioso que, embora tivesse uma atitude bastante ecumênica, era um católico fervoroso e que, por isso, marcou a sua passagem entre nós e fez jus a que seja quase que obrigatório da nossa parte lembrá-lo para sempre. Então, eu queria deixar esse registro, até porque, neste Plenário é possível que a grande maioria dos Senhores Parlamentares tenham sido aliados de Ottomar, e talvez raros tenham sido seus opositores. Então, quero deixar esse registro para que conste nos Anais desta Casa, porque os feitos do Ottomar foram muitos. E, para conhecerem mais a fundo a atitude de Ottomar, é preciso que tenham convivido com ele e, eu tive esse privilégio. Fui seu colaborador muitas vezes e essas colaborações resultaram numa sólida amizade que certamente ele também levou para o túmulo. Logo, eram essas as colocações que queria fazer com relação aos 5 anos do passamento de Ottomar, pois ele se foi, mas ficou o mito, a saudade e a lembrança.

Agora, quero falar a respeito de nossas análises quanto ao desempenho do Governo do Estado. Os Deputados de oposição têm feito oposição sistemática acusando o lado negativo do Governador Anchieta, mas, ao mesmo tempo, eu diria, no bom sentido, que isso passa um recibo de que é apenas, na maioria dos casos, discurso de oposição, porque se formos fazer um levantamento estatístico dos projetos encaminhados pelo Executivo para esta Casa, é bem provável que a oposição tenha maior frequência de sim, do que os Deputados da situação. E, nesses debates, muitas vezes, ocorre alguns excessos que precisamos corrigir. Entendo que todo Parlamentar, quando aqui vem exercer o seu primeiro mandato, passa por uma fase de transição e de vivência na política, haja vista que não nascemos sabendo de tudo, e preciso vivenciarmos para aprendermos. Então, no grupo de oposição, considero todos como meros colegas e amigos. Sou daqueles que defendo

que os direitos da oposição, no que diz respeito à Casa, devem ser iguais aos da situação. Fora a discussão da colocação das ideias, todos nós devemos sempre nos entender, nos respeitar e, sobretudo, agir com postura elevada e correção. Entendo que, às vezes, pode ocorrer um deslize até no uso de um vocábulo pelo nervosismo de ocupar pela primeira vez a Tribuna. Por isso, alguns termos têm surgido, porque o cidadão diz aquilo no calor do momento, não condiz com o respeito à autoridade. Eu já ouvi aqui, neste Plenário, às vezes, certas afirmações, e não é que eu ache que tenha que respeitar o cidadão Anchieta, mas temos que respeitar a figura do Governador, pois é a autoridade que lá está, chancelado, quer queiram ou não, pela maioria dos eleitores de Roraima. Então, eu quero dizer que essas discussões nada mais são ainda que a continuidade da eleição de 2010. E me parece que existe um grupo organizado aí fora, que ainda não desceu do palanque, embora já estejamos às portas da eleição de 2014. Eu acho que isso não contribui para que tenhamos um avanço. Nosso Estado passa por dificuldades. Mas, por que passa? A culpa é única e exclusiva do Governador? Não. O que acontece é que o mundo foi sacudido por uma crise e nem grandes países como os Estados Unidos escaparam, países altamente desenvolvidos. Aliás, alguns desses países foram geradores desta crise juntamente com a Europa. O Ex-Presidente Lula dizia que o País não passaria por isso, porque a crise era somente marolinha. Talvez ele tenha consultado algum oráculo que disse que daria tempo dele sair do Governo para que sua sucessora passasse a arrastar essas dificuldades e, a marolinha chegou com uma crise forte no País. A previsão de crescimento era de 4,5%, mas vamos encerrar o ano com 0,8%. Aí está a origem de grandes dificuldades pelas quais passam não só as autoridades federais. Roraima, só agora passa a ser assolada por essa crise. Todas as projeções de crescimento e de ajuste salarial estavam baseadas nessa premissa de 4,5%. E, de sã consciência, eu não vi nenhum político ou representante de sindicato dizer que pelo menos reconhecia que isso traz ao Estado uma situação difícil, porque nós somos extremamente dependentes de recursos federais. Então, meus amigos, nesse episódio que acabou ontem, da federalização da CERR, vimos o protesto da oposição e algumas colocações um tanto quanto incongruentes. Foi feita uma colocação que particularmente me chamou a atenção sobre a bi-tributação que já tínhamos pago essa dívida. Alguns esquecem de reconhecer que nesse processo de federalização, o atual Governo está executando essa federalização porque surgiu uma oportunidade única de transferir a companhia pra o Governo Federal. Eu diria até que não se trata de novo endividamento, mas que o atual Governo está honrando compromissos e dívidas contraídos desde o primeiro Governador deste Estado que foi Ottomar, passando por Neudo, Flamarion, novamente por Ottomar e agora por Anchieta. O que se está fazendo é colocando essas dívidas num formato, com juros acessíveis, no sentido de resolver o problema de uma empresa altamente deficitária que acumula prejuízos na ordem de 60 milhões por ano, pois se nada fizermos, daqui há 10 anos estaremos devendo algo em torno de 5 bilhões. E mais, nessa dívida levantada pelos senhores, está incluso e não foi falado aqui, dívidas contraídas por outras estatais como a CODESAIMA e a CAERR que também não pagavam energia. Então, na verdade, esse empréstimo está servindo para sanar dívidas de três estatais, uma em definitivo, passando o controle dela para a ELETROBRAS, e outras duas pagando dívidas quase impagáveis.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Meu nobre Deputado, é bem verdade que nesta Casa pelo menos a imensa maioria dos Deputados concorda que a CERR, por ser uma empresa deficitária, precisava ser federalizada pelo Governo. Esse prejuízo, em torno de 60 milhões de reais por mês ao Governo, era inconcebível, até porque, este Estado não tem muita alternativa em termos econômicos. Temos um Estado que arrecada pouco e que precisa fazer investimentos. O que questionamos é a maneira como foi feito o protocolo de intenções, pois poderíamos tentar uma melhoria, uma negociação com o governo federal para que o Estado não fosse tão penalizado, diminuindo essa questão dos investimentos ou mesmo aumentando a participação do Estado na questão do controle acionário. Em relação aos servidores, não ficou muito claro de que maneira eles vão tratar essa questão dos servidores da CERR. Quem auditou essa dívida? Ela é realmente desse tamanho? Por que chegou nesse percentual? Qual a projeção dela para 5, 10, 20 anos? Será realmente que estaríamos com esse passivo todo? O governo federal acenou que poderia federalizar e, no primeiro aceno, talvez não tenhamos sido hábeis negociadores para fazer essa negociação de maneira que fosse mais vantajoso para o Estado e para a própria CERR. Não estamos discutindo a necessidade de federalização dela. Ela é deficitária? É. O

governo federal pretende fazer essa federalização, mas a que custo? Esse remédio será que não é muito amargo para uma população que está penalizada em mais de um bilhão de reais e débitos contraídos pelo governo do Estado. Enfim, toda essa questão que queríamos que tivesse um maior debate nessa Casa, inclusive com os técnicos do governo vindo aqui, o Doutor Haroldo Amoras, o Secretário de Fazenda, foi debatida numa correria tremenda, daí os posicionamentos contrários de parte da oposição, de alguns que votaram, como eu, pela federalização. Entretanto, queria ter mais esclarecimentos a respeito desses fatos. Os questionamentos foram esses e eu acho que, mesmo tendo sido aprovados, eles são pertinentes. O que se fazer diante dessa situação? Vamos aguardar e espero que o Estado tenha dado um passo correto, porque a dívida está aí para todos pagarem, nossos filhos, netos. Agora, se o remédio for esse, e gerar proveito para o Estado, ótimo. E se não gerar? Vamos ficar aqui responsabilizados por não ter tido um cuidado maior com essa questão.

O Senhor Deputado Erci de Moraes continua – Obrigado, Deputado. Considero pertinente as suas considerações, mas gostaria de contrapor que a pressa realmente é inimiga da perfeição, uma vez que existem também as decisões de oportunidades. É o dilema a que chegamos. Fomos protelando ao longo de 24 anos essas dívidas e chegou o momento que foi quase um ultimato, ou aceitam a federalização da maneira que pudermos negociar agora, ou ficam de fora definitivamente. Qual seria o custo disso? Que inapelavelmente essa concessão da ELETROBRAS seria cancelada e, de repente, teríamos o caos instalado em Roraima até que se buscasse uma alternativa para a ausência de qualquer apoio para que as comunidades indígenas, os agricultores, as prefeituras não ficassem sem energia, porque não poderíamos operar sem concessão e, o governo federal não seria ágil suficiente para buscar uma outra situação que não viesse primeiro a prejudicar à comunidade como sempre acontece. Por isso, eu acho que justifica a pressa, mas tenho certeza que o que foi possível fazer na exiguidade do tempo, foi feito pelas nossas autoridades, inclusive, juros diferenciados mais baixo do que o Estado do Amapá, que tem uma situação muito semelhante a nossa, onde algum desconto interessante foi feito, a conta por exemplo dessas de estatais como CERR, CAER e CODESAIMA, de um valor de 205 milhões, sendo arrecadado para ser pago 113 milhões. Acho que também houve zelo nessa parte e foi feito o que era possível.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Primeiro, quero falar do respeito e da admiração que tenho por Vossa Excelência por ser um dos Deputados mais experientes desta Casa. Tem exercido seu papel de corregedor com equilíbrio, buscando fazer as ponderações e, ao mesmo tempo, aplicando as normas regimentais. Tenho percebido que Vossa Excelência não faz distinção entre quem é mais antigo ou mais novo, entre oposição ou situação. Eu tenho, por costume de luta, enfrentado várias corregedorias por onde passei e aqui não é diferente, sou cliente de Vossa Excelência. Estive à frente da polícia militar por 10 anos e fui excluído pelo governador, mas saí com um comportamento excepcional, nunca deixei margem para ser penalizado por qualquer desvio de conduta, e assim tenho me portado nesta Casa. Agora, não vou deixar de fazer meus posicionamentos porque vou desagradar o Presidente, o chefe, o comandante. Não, eu me posiciono de acordo com aquilo que acredito e, é nesse sentido que venho sair em defesa do papel da oposição. Eu não dou esse recibo de que a oposição vota mais com o governo do que muitos deputados da bancada de situação. Eu tenho votado com o governo naquilo que acho que o governo está acertando. Às vezes, só o posicionamento e o voto não é suficiente, é preciso nós, como portadores dessa representatividade da sociedade, termos aqui um microfone, a tribuna que é a maior ferramenta do parlamentar onde, às vezes, temos que elevar o tom do nosso posicionamento para despertar a sociedade sobre aquilo que estamos vivenciando no dia a dia. Temos enfrentado algumas ações do governo nesta Casa de maneira ferrenha, assim como também a base governista vem para cima tentando nos esmagar com um rolo compressor, como fez agora na questão da federalização da CERR. Os Deputados que mais têm requerido informações nesta Casa somos nós da oposição e, aquilo que achamos interessante para o governo, nós votamos. O que queremos é ajudar este Estado a se desenvolver. Agora, não podemos nos calar diante da inércia do governo. Eu tenho pedido aqui, que o governo venha fazer uma prestação de contas das suas ações concretas para alavancar a economia do Estado. Qual é a frente? Qual é a obra importante? Qual o setor do Estado que está produzindo e gerando emprego e renda? Pelo contrário, cada dia que passa eu percebo a migração do homem do campo para a

periferia, o comerciante fechando as portas e, cada vez mais nós ficamos reféns da economia do contra-cheque e dos repasses federais. Não podemos tampar o sol com a peneira pela falta de habilidade do atual governo de gerir o Estado. Uma crise está instalada e o Governo sequer está cumprindo a questão legal do repasse do duodécimo para o pagamento de servidores.

Eu estranhei o posicionamento do Deputado Ionilson Sampaio, mas cada um tem sua base política a quem tem que dar satisfação, e talvez seja esse o posicionamento do Deputado Ionilson. Agora, chegou a preocupação! Havia necessidade de federalizar a CERR, por que a tendência era cada vez mais aumentar o prejuízo? Agora quem foram os responsáveis? Foi na gestão do Deputado Flamarion? Então, vamos responsabilizá-lo. Foi na do ex-Governador Neudo Campos? Vamos responsabilizá-lo. Foi no tempo do Ottomar Pinto, ou foi na época do atual Governo? Nós não procuramos identificar os responsáveis, e sim buscamos um empréstimo e vamos quitar com o discurso de que se não resolvêssemos isso agora, a CERR iria triplicar essa dívida. Tudo bem, vamos federalizar, vamos entregar as ações! Agora, também vamos tentar responsabilizar os responsáveis. A atual gestão, quando assumiu a CERR, a companhia estava adimplente, tinha até convênio com o Governo Federal do programa “Luz para Todos” e, aquele convênio com a PETROBRAS, de ganhar subsídios do petróleo estava válido, mas ela perdeu na atual gestão. Às vezes, a CERR fazia questão de alugar suas máquinas. Eu vi, em Normandia, uma grande quantidade de máquinas alugadas sem uso. Eu acompanhei o faturamento da CERR nesse período eleitoral. A arrecadação caiu consideravelmente para menos da metade durante os quatro meses no período de eleição, ou seja, ao meu ver, é má gestão. Eu votaria pela federalização, votaria pelo empréstimo, desde que identificassem os responsáveis, fizessem uma auditoria na CERR e tivessem mensurado o patrimônio da CERR e o potencial energético do nosso Estado antes de entregá-la para a ELETROBRAS. Essa é a minha revolta e, por isso, venho me posicionando nas redes sociais, e nesta Casa não fui compreendido. E, mesmo tendo tanta experiência no legislativo, quando o projeto chegou aqui na segunda-feira, para ser votado na terça-feira, sendo que às dez horas teve início a Sessão, e às 10:15 reuniam-se as Comissões em conjunto para aprovar o Projeto, eu, que ainda não tenho uma certa experiência... Obrigado!

O Senhor Deputado Erci de Moraes continua – Eu quero dizer ao colega Sampaio que tenho muito apreço por Vossa Excelência e o admiro como Deputado combatível da oposição, só precisa se aperfeiçoar. O senhor nunca se limita aos seus dois minutos e tem chance de ir todos os dias à tribuna. Então, o meu direito começa onde o seu termina e vice-versa. Mas, eu queria dizer, Deputado Sampaio, antes de passar para a próxima parte, que toda essa situação, toda essa dívida tinha sido contraída por todos os Governadores que por aqui passaram, mas não responsabilizando-os para dizer que estavam cometendo um erro. Eles fizeram, até com muita humanidade, para não prejudicar o nosso interior. Tiveram que fazer, porque o problema não é de má gestão, é falta de tomadores desses serviços e o pagamento desses serviços. Nós temos que prover energia elétrica às comunidades indígenas. Elas terão condição econômica de pagar a energia que consomem? Possivelmente, não. E são poucos. Os nossos agricultores familiares têm essa condição? A nossa prefeitura tem? Esses homens públicos não pesaram tudo isso. Então, eu quis fazer o registro de que essa dívida foi se acumulando dessa forma, chegando ao ponto de hoje, vinte e poucos anos depois, reconhecer-se que não é possível prolongá-la mais. Eu reconheço que pode ter sido um atropelo votar esse projeto ontem, mas não se esqueçam que isso é prerrogativa das maiorias. Ontem, à noite, assistimos isso no Congresso Nacional, a questão dos royalties para votar o veto da Presidente Dilma. Os Governadores beneficiados anteriormente com o veto, espernearam de todo jeito, mas foram simplesmente atropelados. Isso é válido também na democracia.

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurelina Medeiros. - Deputado Erci, quero falar do respeito que a gente tem aos seus pronunciamentos. São poucos, mas valem muito. Às vezes, quando falamos aqui, somos tidos como defensores de a ou b. E, falamos sempre em nome do respeito aos poderes. Muitas vezes, não podemos falar por falar. É o que eu sempre crítico aqui, falar para ser aplaudido ou para ser vaiado, ou para dizer que a função é criticar. E, essa não é a função do Parlamentar. Eu acho que o Senhor colocou bem a questão da crise. Roraima não está fora dela. Eu escuto aqui todos os dias, quando chega o dia 10, dia 20, dia 30, chegou não sei quantos milhões, e que o Governo tem dinheiro, mas nunca ouvi ninguém dizer que

chegou 30 milhões e que a Folha do Governo custa 40, que tem que passar 29 milhões para os poderes e só receber oito. Então, a crítica tem que ser fundamentada também, tem que ser feita com responsabilidade.

Com relação à Federalização da CERR, esse é um capítulo longo. Eu mesma cheguei a participar de três reuniões, ainda no tempo do Brigadeiro Ottomar. No Governo do Neudo, já se abria, e eu tenho ofícios que falam isso, a possibilidade e o pedido dele, para federalizar a CERR. Não é só a CERR que é deficitária, o sistema ELETROBRAS aqui também. E poderia federalizar sim, se o Governo do Estado pudesse ficar com 49% das ações da CERR. Nós conhecemos essa ação. Não é só 60 milhões que o Governo paga por ano não. Além dos 60 milhões de prejuízo, ele tem uma conta para pagar, que não vem pagando. E, não é culpa de ninguém, nem do Ottomar, nem do Neudo, nem do Flamarion e nem do Anchieta, é culpa do sistema que é deficitário, que piora a cada dia, pois a cada dia o Estado se vê mais impotente na questão de recursos para pagar essa dívida. Nós conhecemos isso. Essa tentativa está no papel, mas se torna objeto de uma batalha entre oposição e situação, onde o Estado está bem longe e sem preocupação nas discussões. Então, aprovaram rápido o projeto, porque tem que ser rápido. Se não for até final do ano, não será mais. Se a CERR for decretada falida, o que é que nós vamos fazer. Então, o Estado tem que ser a preocupação maior de quem está aqui. A dívida do Estado existe. Está devendo a ELETROBRAS, como está devendo os empréstimos. Nós sabemos que há leis e daqui a pouco o desconto no FPE vai ser limitado. Então, as dívidas do Estado vão sendo negociadas ao longo dos anos, e a nossa preocupação não tem sido defender a ou b, mas sim o Estado, procurando alternativas para o Estado de Roraima. A Federalização da CERR, em relação aos servidores, não causa prejuízo. A própria Assembleia aprovou uma emenda à Constituição assegurando a permanência desses servidores. Então, fica meio contraditória essa questão do servidor. O que a gente combate aqui é a crítica pela crítica. Criticar é o papel da oposição, da situação. Agora, é o papel do Parlamentar, além de criticar, buscar saídas para o desenvolvimento do Estado. Obrigada, Deputado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua. - Obrigada, Deputada Aurelina, pela sua contribuição. Queria deixar claro a minha posição sobre o papel da oposição, que eu julgo da maior relevância. Acho até que a atual oposição aqui na Assembleia é uma oposição batalhadora. É claro que os excessos ocorrem, mas com o tempo o Parlamentar, consegue se controlar e começar a saber interpretar aquilo que está no Regimento. E louvo até, no episódio de ontem, como um dos integrantes da base, o Deputado Flamarion, o Deputado Brito e Deputado Sampaio, que fizeram a retirada nas comissões, mas compareceram ao plenário manifestando a sua opinião contrária, validando ainda mais a decisão do plenário, pois tivemos 15 votos, 12 à favor e 3 contra. Então, é um ato de democracia.

Outra coisa é o fato de ser situação ou oposição. Eu sou situação e defendo medidas e atos do Governador Anchieta que acho acertadas. E, diria pelo menos três ou quatro delas, rapidamente, para não gastar muito tempo. Acho que o nosso Governador é um homem corajoso. No episódio da negociação das terras, ele seguiu a máxima de que mais vale um mau acordo do que uma boa demanda, haja vista que seus antecessores, tentaram, mas nenhum conseguiu chegar a uma posição razoável. É mérito dele. A sociedade roraimense deve reconhecer. A menos que seja politicamente alienada. Vivo aqui, sou integrante dessa sociedade. As ações do Governo, na titulação de terras, começaram muito bem e andaram. E, é necessário que as retomem e continuem. Reconhecemos até, por contribuição da oposição, que está havendo problemas, mas já temos a palavra do Governador que até o fim do mês serão sanados esses problemas. Esse é um grande projeto. A agricultura só vai deslanchar no dia que o agricultor tiver sua terra, a escritura na mão, porque o Banco só considera como garantia real o título da terra. Levar energia, independente do dinheiro do programa "Luz para Todos", se a verba chegou ou não, ao rincão mais distante do nosso Estado, o governador não está fazendo. Ele fez efetivamente, e é algo que tem que ser reconhecido, a malha viária, o asfalto das vicinais, algo que não tinha ocorrido em nosso Estado e não sei se ocorreu em outros Estados do Norte, interligando pontos importantes, estratégicos do Estado, como forma de planejamento para que o Estado tão logo tenha suas terras na mão dos agricultores, para que a agricultura possa deslanchar. Ninguém é perfeito, há falha como essa a que me referir. Nós ouvimos a oposição quando pertinente, como na questão do IPER. Não somos ditadores enquanto situação.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Célio Wanderley –

Deputado Erci, meu companheiro de muitos anos, Vossa Excelência tem uma postura parecida com a minha, fala pouco, mas sempre com posicionamentos definidos e claros. Quero falar sobre a questão da CERR. Eu ouvi da própria oposição e de alguns colegas que essa federalização não foi discutida, saiu de uma hora para outra. Eu lamento em dizer, estou aqui há 22 anos e, seguramente, aos 16 anos, desde o final do governo do Neudo, do Flamarion e governo do Ottomar, que a gente pleiteia pela federalização da CERR. E, há uma razão primordial para isso ter acontecido agora, porque a concessão que a CERR tem termina no final de dezembro, ou seja, ou a CERR era federalizada, ou poderia não ser renovada essa concessão. E, quando falamos de recursos, não é culpa dos ex-governadores e nem do próprio governador que aí está. No primeiro ano do Governador Ottomar, a CERR era igualitária, mas nós não tínhamos motor em Três Corações, no mutamba, no Araçá, no Guariba, no Aningau, no Trairão, no Tepequém. Esse processo foi acontecendo na medida que a população foi necessitando. Então, os motores foram colocados praticamente em todas as comunidades e localidades e foi um processo natural no Estado. O Estado foi implantando esse sistema. Essa dívida vem paulatinamente aumentando cada dia mais. Aí vejo questionamentos: será que a dívida era de 300 milhões. Pelo conhecimento que tenho, pois fui junto à CERR, ela é muito maior. Foi negociada a retirada de juros, das multas tanto do INSS, quanto da PETROBRAS, da ELETROBRAS para que ela fosse negociada num valor menor, ou seja, para que nós não pagássemos o serviço da dívida, pagássemos apenas o principal. Fiz, ontem, uma análise dos 700 milhões a serem contratados, que nós autorizamos, 405 milhões já são para dívidas contraídas. 305 milhões mais 400 milhões. Imaginem vocês, dos 305 milhões que a CERR deve para a ELETROBRAS, para o INSS, para a PETROBRAS, para todos os órgãos, se formos pensar só no principal da dívida, vamos deixar as dívidas com as Prefeituras do interior todas pendentes e, a partir de janeiro estaria tudo inadimplente, ou seja, o Estado tem responsabilidade não só com a capital, ou simplesmente com a CERR, com a dívida da CAER, da CODESAIMA, que totalizou essa dívida. Dos outros 300 milhões, 250 milhões serão utilizados para a reestruturação da CERR, 50 milhões serão usados exatamente para proteger os funcionários que estão lá, dos quais, 18 milhões já são dívidas contraídas, pois a CERR foi condenada a pagar e não pagou. Os outros 32 milhões serão usados caso haja novas demissões, para que os funcionários tenham protegidas suas garantias trabalhistas. Nós não tínhamos outra saída, se não fizéssemos isso agora, teríamos que pagar um preço muito mais alto no futuro. Então, não é falta de vontade não, é uma questão de responsabilidade. No momento em que adequamos essa dívida que poderia ser cobrada judicialmente, o que foi feito foi uma adequação para o pagamento dessa dívida através de um financiamento, com juros de 0,8% e vinte e dois anos para pagar, de forma que pudéssemos fazer um novo cronograma. Eu disse, inclusive, em uma reunião com o Governador, na qual Vossa Excelência estava presente, que a minha maior preocupação não é com a meritocracia, porque do ponto de vista da meritocracia, estamos absolutamente corretos. Agora, preocupo-me com o ponto de vista social a partir de primeiro de janeiro, porque o governo federal dá como luz social apenas três bicos de luz, de cinquenta quilowatts, o que representa três bicos de luz de 40 wats cada um, aceso só à noite e, a partir daí, ele sai da cota social. Então, na realidade, essa preocupação nós colocamos na reunião com o governador. Todas as prefeituras vão ter que pagar suas contas a partir de janeiro, não sei nem como vamos equacionar esse problema. Era o que queria contribuir com Vossa Excelência. E, tenho certeza que, nós que votamos essas autorizações, votamos de forma consciente e responsável, sabendo o que estávamos fazendo e, acima de tudo, verificando o futuro do Estado em que vivemos, pois temos a responsabilidade social com todos que aqui moram. Obrigada.

O Senhor Deputado Erci de Moraes continua – Obrigada, Deputado Célio. Eu quero concluir dizendo, como Deputado da base, que vejo os atos positivos do Governador, mas, tenho racionalidade para reconhecer também aquilo que considero falha. O governos atual não é perfeito, mas está trabalhando para acertar. Dentre as imperfeições, repito, é preciso um gesto de parte do executivo no sentido de, diante da crise, e nós, da base, temos cobrado isso ao governador, enxugarmos o que possa da máquina. Eu, particularmente, acho que temos, hoje, secretarias demais, se quatro ou cinco dessas secretarias provisórias fossem fechadas, não faria falta nenhuma. Aí, eles vêm com aquela desculpa de que gera desemprego e ninguém quer desempregar. Mas, existem remédios amargos que só funcionam se forem realmente amargos. Essa é a minha maneira de pensar e de

contribuir com o governo que apoio. Por último, gostaria de dizer aos meus pares, principalmente àqueles que militam na oposição, e até dar um exemplo edificante que aqui está, que é o Deputado Ionilson, que Ottomar dizia que nós ainda fãmos ver o boi voar em Roraima. Na política é assim, até o boi voa, dizia ele. E, acabou acontecendo aquilo que ninguém esperava. Em 2004, se não me engano, aconteceu a aliança entre Ottomar e Romero Jucá que, para nós, Otomaristas, era impossível, mas aconteceu. Então, quero dizer aos meus pares que em política não podemos ter inimigos, se queremos ser um político sintonizado, temos que ter no máximo adversários eventuais, pois meu adversário de hoje, é o meu aliado de amanhã. O Deputado Ionilson tem se portado aqui como um Deputado equilibrado, era oposição e votava com seus companheiros, mas, de repente, por uma injeção política inesperada, o Vice-Governador passa a integrar o Partido dele e o Vice-Governador é o eventual ou o pré-candidato à governo do nosso grupo. E, o Deputado Ionilson soube entender e fazer a transição, entrando firme conosco aqui na votação, embora tenha as suas restrições, como colocou com muita personalidade aqui. Então, era isso que queria deixar de uma forma até pedagógica para quem, como eu, tem a responsabilidade de dirigir a corregedoria e, diga-se de passagem, os senhores me deram muito trabalho esse ano. Muitos tiveram que desfilar por lá. Espero que, no ano que vem, eu tenha o privilégio de continuar por lá, sem ter que me envolver com nenhum Deputado em questões de quebra de decoro parlamentar. Obrigado.

O Senhor Presidente, Deputado (Chico Guerra) – Não havendo mais nenhum Orador inscrito para o Grande Expediente, passaremos agora para a Ordem do Dia.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 011/12, que “altera dispositivos e anexos da Lei Complementar Estadual nº 142, de 29 de dezembro de 2008, alterada pela Lei Complementar Estadual nº175, de 26 de janeiro de 2011; pela Lei Complementar Estadual nº 177, de 05 de maio de 2011; pela Lei Complementar nº 189, de 02 de dezembro de 2011 e pela Lei

Complementar Estadual nº 195, de 22 de março de 2012, e dá outras providências,” de autoria do Tribunal de Justiça. Discussão e Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 065/11, que “Dispõe sobre a instalação de Câmeras de Segurança nas Escolas Públicas do Estado de Roraima”, de autoria do Deputado Naldo da Loteria; do Projeto de Lei nº 096/11, que “institui o Programa Estadual de Fortalecimento da Atenção Básica à Saúde”, de autoria do Deputado Rodrigo Jucá; e do Projeto de Lei nº053/12, que “dispõe sobre o reconhecimento, no Estado de Roraima, de Diplomas de Pós-Graduação Strictu Senso (Mestrado e Doutorado) expedido em outros países, e dá outras providências,” de autoria do Deputado Joaquim Ruiz.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à verificação de quórum para votação das matérias constantes na Ordem do Dia.

O Senhor Segundo Secretário, Deputado (Remídio Monai) – Senhor Presidente, temos somente onze Deputados em Plenário.

O Senhor Presidente, Deputado (Chico Guerra) - Não havendo quórum para deliberação das matérias, transfiro a pauta da Ordem do Dia para a Sessão do dia 18 de dezembro do corrente.

Solicito que seja registrado as presenças dos Senhores Deputados: Gabriel Picanço, Coronel Chagas, Jânio Xingu, George Melo, Marcelo Natanael, Célio Wanderley, Erci de Moraes, Jalser Renier, Remídio Monai, Ionilson Sampaio e Naldo da Loteria, bem como, que seja colocada falta aos demais Deputados.

Passaremos agora para o Expediente de Explicações Pessoais. Não havendo que queira se pronunciar e, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, convocando outra para o próximo dia 18, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingú, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.**

Approvada Ata Sucinta em: 18/12/12



PROCON

ASSEMBLEIA



A Voz do Consumidor

proconassembleia@al.rr.gov.br
 Fone:(95) 4009-5614